

ESTUDO MULTIDISCIPLINAR DO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL – APL NO BRASIL

**Paulo Sérgio Santana ALBERNAZ¹
Luís Vinicius Nunes ROSA²
Eumar Evangelista de MENEZES JUNIOR³**

O artigo projeta um estudo multidisciplinar do Arranjo Produtivo Local – APL no Brasil, onde se fizeram presentes as Ciências Política, Social e Jurídica, que em soma oportunizaram o conhecimento da agenda, da formatação de diretrizes e da implementação num formato ideal de Política Pública Empresarial, estreitamente ligada ao empreendedorismo.

Em descrição para justificar o estudo listamos que o termo APL – Arranjo Produtivo Local é uma definição para alguns dos aglomerados locais encontrados em regiões ricas em recursos naturais do Brasil, onde estão somadas forças do Estado e da Iniciativa Privada. Em sendo, inspirado em algumas teorias que surgiram pós Revolução Industrial, no século XIX e da divisão dos processos produtivos e enxergando o avanço dos arranjos em campo brasileiro, o artigo ganhou relevância e assim foi projetado para ser atingido um conhecimento multidisciplinar sobre os APL's.

Para ser logrado êxito na pesquisa, assegurando resultados, foi aplicado o método positivista, esse que foi preenchido de abordagem dedutiva e de procedimentos bibliográfico e historiográfico. Instrumentalizando o método foi atingida a pesquisa, de natureza descritiva e explicativa, que foi servida da exposição do pensamento de vários autores que escreveram sobre o tema escolhido.

Nessa corrente epistemológica a pesquisa e seus resultados, propiciaram atingir a partir de uma investigação positivista, com conexão e diálogo multidisciplinar, uma compreensão maximizada das diretrizes cuidadas pelo Estado de Direito e pela Iniciativa Privada para haver a agenda do APL em campo brasileiro. Como resultado multidisciplinar, o APL é uma política pública implementada pelos Estados Brasileiros, inscrita já a 20 (vinte anos), que resulta num conglomerado de empreendedores e empresários regulares que promovem fusões econômicas corporativas. Ainda em resultados destacamos que o APL - políticas públicas, bem implementadas promovem produção

¹ Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Pesquisador no Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA – PIVIC. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEVANGÉLICA – NPDU / Grupo Direito e Políticas Públicas. E-mail: paulo.albernaz@hotmail.com

² Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Pesquisador no Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA – PIVIC. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEVANGÉLICA – NPDU / Grupo Direito e Políticas Públicas. E-mail: vinicius_nunes.13@hotmail.com

³ Professor do Curso de Direito do Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Membro da Comissão de Direito Empresarial e de Direito Ambiental da OAB Seção Goiás. Mestre em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA. Doutorando em Ciências da Religião (Interdisciplinar/PUCGoiás/Bolsista FAPEG). Conselheiro da Cátedra Cristovam Buarque. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa em Direito da UniEVANGÉLICA – NPDU. E-mail: eumar.junior@unievangelica.edu.br

e mais circulações de bens e serviços que conseqüentemente fortalecem a economia regional e por conseqüente fortalecem as bases econômicas nacionais, no caso em específico, do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 51. ed. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.
2. _____. **Programa ética e cidadania**. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=13607>>. Acesso em: 10 set. 2016.
3. BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
4. DUARTE, Glaucius Décio. Reflexões sobre o ORGANON (V - Tópicos), de Aristóteles. **Academia** 21/10/2003. Disponível em:< http://www.academia.edu/8490617/Reflex%C3%B5es_sobre_o_ORGANON_V_-_T%C3%B3picos_de_Arist%C3%B3teles>. Acesso em: 10 jan. 2017.
5. ERBER, Fabio Stefano. Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais industriais: comentando o conceito. **Nova econ**. [online]. 2008, vol.18, n.1 [cited 2016-09-16], pp.11-31. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512008000100001&lng=en&nrm=iso >. ISSN 0103-6351. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-63512008000100001> >. Acesso em: 10 dez. 2016.
6. MARX, K. **Le Capital**. In: *uvres Economie*, v. 1. Paris: Editions Gallimard, 1963.
7. MARSHALL, A. **Principles of economic**. 8th edition. Londres: Macmillan, 1920.
8. PIKETTY, Thomas. **A Economia da Desigualdade**. Tradução André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
9. REIS, C. V. S.; FIGUEIREDO, A. S. ; FERNANDES, L. M. . **Um estudo de formação de redes produtivas potenciais no setor de hortaliças, nos municípios da região Centro-Oeste**. In: Olivier François Vilpoux. (Org.). Sustentabilidade e Agricultura Familiar. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2011, v. 1, p. 227-246.
10. SEM, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. 4ª impressão. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
11. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002.